

INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS: O CIRCUITO FECHADO DA PRECARIZAÇÃO

*Professional insertion of young people:
the closed circle of the precarization*

SILVA, Mariléia Maria da¹

RESUMO

O artigo tem como propósito analisar as condições de trabalho para os jovens no que se refere às formas de inserção no mercado de trabalho e suas trajetórias profissionais, em um contexto de configuração do padrão de acumulação capitalista, no qual novas demandas se impõem à classe trabalhadora. A análise está ancorada em entrevistas realizadas entre os anos de 2009 a 2011 com jovens destinatários do Consórcio Social da Juventude (CSJ), programa já extinto, e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na modalidade “Trabalhador”. Utilizou-se como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, para o qual a análise da noção de inserção profissional e das condições de emprego deve estar localizada no âmbito da relação capital-trabalho. O estudo constituiu-se em uma pesquisa de cunho qualitativo e os principais resultados indicam estreita relação entre as experiências de trabalho obtidas e as pretensões ocupacionais desejadas pelos jovens, construindo percursos profissionais cuja característica acentuada é a de um “circuito fechado”, marcado pela precarização, posto que o novo padrão de acumulação capitalista impõe novas formas de valorização do valor, implicando novos modos de geração de mais-valia que determinam a expulsão de significativo contingente de trabalhadores da produção, constituindo a superfluidade da força de trabalho tão necessária ao capital.

Palavras-chave: Jovem trabalhador; Inserção profissional; Precarização.

ABSTRACT

The purpose of this article is analyze the working conditions for young people with regard to forms of insertion in the labour market and professional trajectories, in a context of configuration around the capitalist accumulation pattern, in which new demands are imposed upon the working class. The analysis is anchored in interviews conducted among the years 2009 to 2011 with young people recipients of Social Youth Consortium (CSJ), program now defunct, and the National Programmer for the Inclusion of Youth (PROJOVEM), in “Worker” mode. The theoretical-methodological foundation was the dialectical historical materialism, for which the analysis of the concept on the professional insertion and conditions of employment must be located within capital-work relationship. The study consisted in a research of qualitative nature and the main results indicate a close relationship between the experiences of job and occupational aspirations to define the professional routes of these young people, whose marked characteristic is a “closed circuit”, branded by precariousness, because the new capitalist accumulation pattern imposes news ways of enhancing of value, resulting in new modes of generating of surplus value that determinate the expulsion of significant contingent of workers from production, constituting the superfluity of labour force much necessary to the capital.

Keywords: Working young people; Professional insertion; Precarization.

¹ Graduada em Pedagogia Orientação Educacional pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Departamento de Ciências Humanas da FAED/UDESC. E-mail: <marileimaria@hotmail.com>.

INTRODUÇÃO

O presente artigo² tem como objetivo analisar as condições de trabalho para os jovens no que se refere às formas de inserção no mercado de trabalho e suas trajetórias profissionais, em um contexto de configuração do padrão de acumulação capitalista no qual novas demandas se impõem à classe trabalhadora. As discussões estão aqui ancoradas em entrevistas realizadas entre os anos de 2009 a 2011³ com jovens destinatários do Consórcio Social da Juventude (CSJ), programa já extinto, e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na modalidade “Trabalhador”.⁴ Ambos efetivados no âmbito das políticas dos governos Lula (2003-2010),⁵ genericamente identificadas de políticas de inclusão social e qualificação profissional. Estas têm sido propostas em razão do aumento em escala mundial das taxas de desemprego nas últimas décadas e dos efeitos catastróficos para os jovens, suscitando, nas mais diversas áreas, uma preocupação constante como que se poderia nominar “juventude, trabalho e educação”.

No Brasil, percebe-se um direcionamento de políticas sociais destinadas aos jovens, particularmente para aqueles considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”.⁶ Desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, vem se impondo uma tentativa de ordenamento de tais políticas. As análises sobre sua eficácia, o papel do Estado na definição e regulação das políticas públicas, os novos contornos da chamada “sociedade civil” e as Organizações Não Governamentais (ONGs) como “parceiras” na resolução dos problemas sociais são objetos de preocupação de pesquisadores e estudiosos.

O posicionamento no presente estudo é o de que a análise sobre o “trabalho e juventude” deve tomar como ponto de partida a configuração das relações sociais em sua totalidade. E sob esse enfoque pretendo analisar as condições de trabalho no que se refere às formas de inserção no mercado de trabalho e trajetórias profissionais dos jovens destinatários de políticas de inclusão social executadas desde o governo Lula e mantidas na atualidade. A pesquisa com os destinatários dos referidos programas teve como fio condutor a fala do próprio jovem, sujeito das políticas de inclusão social e formação profissional. Mediante esse direcionamento, buscou-se apreender a maneira pela qual o jovem concebe sua inserção profissional.

Com relação ao Programa PROJOVEM, vale lembrar que em 2005, após um período de intensas discussões sobre a necessidade de repensar as políticas para a juventude, de maneira a torná-las mais abrangentes e integradas (SILVA; ANDRADE, 2009), cria-se a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) com o fito de promover a integração

² Este artigo constitui-se em uma versão modificada e ampliada do trabalho apresentado no VI Seminário Luso-Brasileiro Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, em Portugal (Lisboa), ocorrido nos dias 12 e 13 de setembro de 2013.

³ As entrevistas foram realizadas ao abrigo das seguintes pesquisas: “A inserção profissional dos jovens assistidos por ONGs: um estudo dos frequentadores do Projeto Aroeira”, concluída em 2010 e “A inserção profissional dos jovens egressos do PROJOVEM Trabalhador” – concluída em 2013 e financiada com recursos da FAPESC/CNPq. Para a primeira foram entrevistados 11 jovens, três homens e oito mulheres. Na segunda, foram entrevistados oito jovens, dois homens e seis mulheres. Ambas as pesquisas contaram com bolsistas de iniciação científica.

⁴ Doravante referido PROJOVEM Trabalhador.

⁵ Destacamos que o PROJOVEM manteve-se no governo Dilma Rousseff (2011-atualidade).

⁶ Por considerarmos uma expressão passível de diversas interpretações e seu uso frequentemente empregado sem rigorosidade conceitual, optamos por mantê-la em destaque. Para um questionamento preliminar desta noção, conferir Silva, Jung e Vieira (2012).

dos programas federais que existiam até aquele momento. Nesse mesmo ano teve origem também o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), responsável por estimular estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens, assim como propor ações governamentais e mediá-las para a sociedade civil, promovendo o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.⁷

Nos anos seguintes, tentativas de integrar os programas e ações federais destinados ao público juvenil foram realizadas. Todavia, em 2007, esse objetivo ainda não tinha sido alcançado. Nesse período, o governo federal ainda mantinha seis programas que ofereciam auxílios financeiros, capacitação profissional e aumento da escolaridade para os jovens que estavam fora do mercado de trabalho e eram considerados “em situação de vulnerabilidade social”. Os programas vigentes eram: PROOVEM – Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã – ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Escola de Fábrica – Ministério da Educação (MEC); e Saberes da Terra – Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (ANDRADE; SILVA, 2009).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), em sua versão mais recente, propôs-se constituir a materialização de tal integração. Conhecido comumente como PROJOVEM, esse programa foi instituído pela Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, regido a partir de 1º de janeiro de 2008 pela Lei n. 11.692 e regulamentado pelo Decreto n. 6.629, de 04 de novembro de 2008. Compõe-se por quatro modalidades: PROJOVEM Adolescente – Serviço Socioeducativo; PROJOVEM Urbano; PROJOVEM Campo – Saberes da Terra; PROJOVEM Trabalhador. Destinam-se aos jovens entre 15 e 29 anos, tendo como fito propiciar a reintegração ao processo educacional, promover a qualificação profissional e o desenvolvimento humano (BRASIL, 2008).⁸

Destacamos que no decorrer da pesquisa, mediante análise das entrevistas realizadas com os jovens, foram tomando forma evidências importantes para se apreender as implicações de tais programas (pensados dentro de uma determinada política de governo) na concepção da força de trabalho juvenil e sua funcionalidade à lógica do capital. Essa observação nos remete, invariavelmente, a indagar em que medida o governo federal, ao definir o PROJOVEM como um programa central nas políticas destinadas à juventude trabalhadora, o concebe como uma política de continuidade ou de ruptura à concepção de empregabilidade definida pelos parâmetros da submissão da força de trabalho aos desígnios do descarte, da informalidade e da precariedade – demandas da acumulação flexível.

Seguindo a diretriz acima, o presente artigo está estruturado em três partes. Na primeira parte, analisamos as principais mudanças no padrão de acumulação taylorista-fordista e o estabelecimento do padrão de acumulação flexível, com o objetivo de identificar as implicações na configuração dos modos de contratação,

⁷ Mais informações a respeito do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) podem ser encontradas no site da Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve>>. Acesso em: 12 out. 2014.

⁸ O PROJOVEM Adolescente – Serviço Socioeducativo é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o PROJOVEM Urbano, pela Secretaria-Geral da Presidência da República; o PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, pelo Ministério da Educação; e o PROJOVEM Trabalhador é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2008).

qualitativamente mais precários, e a conformação de um novo perfil profissional sob a ótica do capital. Em seguida, procuramos refletir sobre o impacto das condições concretas de inserção profissional experimentadas pelos jovens egressos do CSJ e dos inscritos no PROJOVEM Trabalhador, e alguns dos sentidos que atribuem ao seu processo de inserção profissional, cotejando-os ao discurso do capital – à luz das reflexões mais recentes sobre a superfluidade, a informalidade e os empregos atípicos destinados aos jovens. E na terceira parte, tecemos algumas considerações acerca da possibilidade do trabalho decente para os jovens, sobretudo aos jovens provenientes de frações da classe trabalhadora assalariada em posição extremamente desfavorável na esfera das relações capital-trabalho.

O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONFORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: BREVES REFLEXÕES

Considera-se que no capitalismo, sendo este uma relação social de produção, o trabalho adquire uma centralidade na qual se subverte à potencialidade do *trabalho concreto*, subsumindo-o à sua dimensão de valor de uso, portanto, em *trabalho abstrato*. Seguindo essa linha de análise, é preciso apreender as intensas e rápidas transformações nas relações capital-trabalho, cujo impacto na vida em sociedade tem sido estrondoso nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Atualmente, além do desemprego, vivenciamos novos tipos de contratações em que o poder de negociação do trabalhador fica cada vez mais circunscrito aos interesses do capital. Em outros termos, significa afirmar a perda do poder de negociação por parte daqueles que vendem sua força de trabalho ao capital (ALVES, 2000). As implicações de tais mudanças devem ser consideradas, conforme Antunes (1995), não somente a partir de uma degradação da materialidade visível, mas também pela constituição de novas subjetividades e, mais ainda, pela inter-relação entre ambas.

O capitalismo contemporâneo inicia-se nos anos de 1970 e, de acordo com Paulo Netto e Braz (2006), constitui a terceira fase do estágio imperialista. Caracteriza-se por um conjunto de respostas, no plano econômico, político, social e cultural, muito bem articuladas para satisfazer as novas necessidades do capital. Para Chesnais (1996), ao referir-se à noção de mundialização do capital, a cada dia torna-se mais patente que estamos a tratar muito mais do que “outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se [...] numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (p.13).

Os estudos que abordam a natureza das mudanças sociais e suas consequências para a vida social são expressivos e apresentam enfoques teóricos diversos. Para Harvey (1994), vive-se um cenário de mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas desde o fim dos anos de 1970. No entanto, adverte que tais mudanças não indicariam o surgimento de uma sociedade pós-capitalista, apenas revelam que a rigidez do padrão de acumulação capitalista taylorista-fordista tem se mostrado ineficaz no atendimento das demandas do capital na atualidade. Segundo o autor, a promessa fordista/keynesiana foi incapaz de interromper as contradições

próprias do capitalismo, devido à *rigidez* para resistir aos investimentos de capital fixo em larga escala e em longo prazo, bem como pela impossibilidade de atender aos mercados de consumo variantes em função de planejamentos inflexíveis. Nas Palavras de Harvey, a acumulação flexível ou a chamada reestruturação produtiva

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços" bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1994, p.140).

As consequências de tais mudanças resultam, para Harvey, em uma nova estruturação do mercado de trabalho a partir de uma segmentação bem definida, na qual os empregados com contratos de trabalho mais favoráveis estariam em minoria e ocupariam a posição central, e na extremidade estariam localizados dois subgrupos: um formado por empregados com certa qualificação, com contratos integrais; e o outro constituído por trabalhadores em condições contratuais fortemente adversas, como trabalhos temporários, insegurança e alta rotatividade. Esses subgrupos, no entendimento do autor, tendem a crescer em contraposição aos empregados situados na posição central.

Por seu turno, Paulo Netto e Braz (2006), ligando-se umbilicalmente nas teses marxistas sobre as etapas do capitalismo e suas crises cíclicas, identificam que o período demarcado pelo padrão taylorista-fordista e as políticas keynesianas expressariam "uma longa onda de expansão econômica" (p.213), caracterizada por grande crescimento econômico e taxas de lucros que permaneceram elevadas entre o final da Segunda Guerra Mundial e segunda metade dos anos 60. No entanto, a partir desse período, a *longa onda expansiva*⁹ esgota-se, declina a taxa de juros em vários países e há uma redução no crescimento econômico. Porém, destacam que, entre os anos de 1971 e 1973,

dois detonadores anunciaram que a ilusão do "capitalismo democrático"¹⁰ chegava ao fim: o colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro [...] e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.213).

Em síntese, os autores afirmam que "a onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas" (PAULO NETTO, BRAZ, p.214). É oportuno reiterar que, na visão dos autores, tais crises são a expressão da incapacidade do capital em manter o nível da taxa de lucro, bem como garantir, ao máximo, a exploração da força de trabalho.

⁹ Grifo no original.

¹⁰ Grifo no original.

Ainda segundo Paulo Netto e Braz (2006), para fazer frente a essas crises, o capital tem se articulado em torno de um tripé que se compõe de “reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal” (p.214) que, em outros termos, procuram atualizar e recuperar o nível de mais-valia necessário à manutenção da lógica capitalista. Evidentemente que os custos de tais mudanças recaem diretamente para o trabalhador, “pagando” com o enxugamento dos postos de trabalho, a redução salarial, a desregulamentação das relações de trabalho – no sentido de torná-las menos favoráveis – e o próprio desemprego.

Estudos realizados por diversos autores, como Mészáros (2002), Antunes (2000), Harvey (1994), Castel (1998), são unânimes ao concluir que o novo modelo de acumulação capitalista instaura a necessidade de se manter patamares altos de desemprego paralelamente ao enfraquecimento do poder de organização dos trabalhadores. É nesse contexto, chamado, grosso modo, de “intensificação da precarização das relações de trabalho”, que situamos a relação entre trabalho e inserção profissional, particularmente daqueles provenientes dos meios sociais desprovidos das mínimas condições materiais necessárias à subsistência humana.

No enfoque dos apologeticos da reestruturação produtiva, atribui-se às inovações tecnológicas e organizacionais a demanda por um perfil profissional mais “qualificado”. Partem da suposição que aquele trabalhador afeito ao padrão taylorista-fordista, caracterizado pela linearidade, padronização e repetição, cederá lugar a um modelo de trabalhador capaz de atender aos novos requerimentos do padrão da acumulação flexível, cujo perfil deve conter atributos como capacidade de trabalhar em equipe, tomar decisões, ser adaptável e criativo.

Conforme Machado (1996), verificamos:

[...] a substituição da demanda de formação profissional direcionada para o aprender a fazer por outra formação que permita o aprender a aprender. Trata-se de uma nova maneira de trabalhar a informação, de uma nova matriz a orientar os critérios de eficiência e competência, portanto, a própria política de qualificações (p.183).

Evidentemente que a discussão não está na simples mudança de sentido no que diz respeito à formação profissional para fazer frente às mazelas de um mercado de trabalho que, no discurso de seus defensores, estaria repleto de oportunidades para os “inovadores”, ao passo que se revela hostil aos “inadaptados” às novidades tecnológicas. Para Machado, o que está em jogo é a aquisição da reprodução ampliada e intensiva do capital a partir da incorporação de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho com vista à realização de uma mais-valia extraordinária, pautada no aumento da produtividade individual, para a qual o incremento tecnológico é fundamental.

Na linha de argumentação dos autores abordados, trata-se, na verdade, de uma necessidade inerente à lógica do capital para lidar com suas próprias contradições. Não por acaso presenciamos, nas últimas décadas do século XX, um rigoroso e intenso processo de reformas no âmbito do Estado, cujo propósito visa garantir as condições para o restabelecimento do capital diante de sua própria crise de

acumulação. Convém salientar que nos apropriamos do conceito gramsciano de Estado, em sentido amplo, no qual duas esferas estão presentes (COUTINHO, 2007):

A sociedade política,¹¹ (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-Coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*,¹² formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc. (p.127).

Isso posto, queremos ressaltar o protagonismo do Estado neste cenário de crise, atuando na manutenção da hegemonia do capital. A configuração de um novo modelo de política pública é uma clara demonstração disso. Em meio a uma crise de acumulação, o capital consegue impor uma política econômica extremamente restritiva à classe trabalhadora, solapando direitos e garantias conquistadas no âmbito do padrão taylorista-fordista, e ainda estabelecer um nível de consenso de que as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais resultam do aprimoramento do ambiente democrático, próprio do sistema capitalista.

Portanto, ao examinarmos a questão do trabalho e da inserção profissional dos jovens em um contexto de configuração de um novo padrão de acumulação capitalista, temos ciência de que tal problemática deve ser apreendida na esfera das relações capital-trabalho (RUMMERT, 2008), posto que a inserção profissional dos jovens na atualidade, conectada a uma “política de inclusão social” (SILVA, 2012), expressa a dinâmica do capital e suas contradições. Isso implica negar tanto a perspectiva que concebe o processo de inserção profissional como uma ação neutra, provocada por um indivíduo que faz escolhas determinadas de acordo com suas vontades, persistências, competências, quanto àquela que compreende a inserção profissional como o simples resultado de uma política de inclusão social focada no mercado de trabalho e seus desígnios. Conforme temos reiterado, a inserção profissional deve ser examinada como a manifestação de um “modelo político, econômico e social” (SILVA, 2004). Entendemos que abordar a inserção profissional para os jovens no Estado capitalista requer que a pensemos como parte de uma política pública que cumpre o papel determinante de “retificadora” da ordem social, conforme a expressão de Mészáros (2002). Nessa direção, vale retomar algumas indagações já anteriormente formuladas em Silva (2008):

Deve-se perguntar: Qual inserção para qual sociedade? O que é estar inserido em uma sociedade capitalista? Se partirmos do entendimento de que o capital apresenta leis próprias que acabam por configurar certa disposição da mercadoria força de trabalho entre os que serão aproveitados e os que serão descartados, a ideia de “inserção” perde completamente seu pretensão *status* de neutralidade, independência e autonomia, passando do campo das motivações individuais para o campo das relações sociais (p.88).

¹¹ Grifos no original.

¹² Grifos no original.

O TRABALHO PARA OS JOVENS DIANTE DA SUPERFLUIDADE DO TRABALHADOR E DA INTENSIFICAÇÃO DO “EMPREGO ATÍPICO”

Neste item, à luz das reflexões mais recentes sobre informalidade, superfluidade e os empregos atípicos, procuramos tecer algumas considerações em torno das condições de trabalho para os jovens egressos do CSJ e dos cadastrados no PROJOVEM Trabalhador, tomando por base a análise de entrevistas realizadas com alguns dos destinatários de tais programas.

Antunes (2011) entende que as formas atuais de valorização do valor carregam consigo novos modos de geração de mais-valia, concomitantemente à expulsão da produção de uma quantidade considerável de trabalhadores que se tornam descartáveis ou constituem os “sobrantes”, expressão também utilizada por Castel (2001). O efeito mais visível de tal situação é o da expansão do bolsão de desempregados, implicando a diminuição da remuneração da força de trabalho em escala global pela retração do valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores.

Em Marx (2011), encontra-se a formulação – extremamente atual – sobre economia no emprego e o uso de resíduos da produção. Os termos apresentados são os seguintes: “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (p.733). Ainda conforme Marx, quando observado o capital global, percebe-se que o movimento de sua acumulação ora produz mudanças periódicas, que interferem em sua totalidade, ora provoca mudanças simultâneas e diferentes nos variados ramos da produção. Nesse aspecto, em alguns ramos acontecem mudanças na configuração do capital, sem que haja aumento de sua magnitude absoluta; em outros, a expansão absoluta do capital ocorre em paralelo com a diminuição absoluta de sua parte variável ou da força de trabalho por ele absorvida. Há ainda situações em que ora o capital permanece aumentando em uma dada base técnica, atraindo uma força de trabalho superior à proporção que cresce, ora acontece mudança orgânica, o que provoca a contração de sua parte variável.

Para Marx (2011), a expansão da quantidade de trabalhadores empregados associa-se às flutuações e “à formação transitória de superpopulação, pelo processo mais contundente de repulsão dos trabalhadores já empregados, ou pelo menos visível, porém não menos real, da absorção mais difícil da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros” (p.733). Tal situação é intensificada na medida em que a própria população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, acaba por produzir, em proporção cada vez mais crescente, os meios que a tornam relativamente supérflua.

Assim, a superfluidade da força de trabalho é definida por Marx (2011) como uma lei peculiar ao modo de produção capitalista, dado que, a um só tempo, este excedente é condição de existência do modo de produção capitalista e alavanca para a sua acumulação. Portanto, a população trabalhadora supérflua constitui-se no “exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele” (MARX, 2011, p.735).

Marx (1974 *apud* ANTUNES, 2011) ressalta que o capital tende a reduzir ao mínimo necessário o trabalho vivo diretamente empregado, economizando o máximo deste a ponto de diminuir o trabalho exigido para a fabricação de um produto. Nesse aspecto:

[O capital] esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebro. Na realidade, só malbaratando monstruosamente o desenvolvimento individual assegura-se e realiza-se o desenvolvimento da humanidade na época histórica que precede a fase em que se reconstituirá conscientemente a sociedade humana. Todas as parcimônias de que estamos tratando decorrem do caráter social do trabalho, e é de fato esse caráter diretamente social do trabalho a causa geradora desse desperdício de vida e da saúde dos trabalhadores (MARX, 1974 *apud* ANTUNES, 2011, p.406).

O autor entende que esse quadro amplia-se com a mais recente crise global, evidenciando uma corrosão ainda mais intensa do trabalho contratado e regulamentado, cuja dominância deu-se ao longo do século XX. “Pautado pela *subsunção real do trabalho*¹³” (MARX, 1978 *apud* ANTUNES, 2011) “ao mundo maquínico, seja pela vigência da máquina-ferramenta autômata ou informacional-digital” (VASAPOLLO, 2005 *apud* ANTUNES, 2011, p.406-407), esse trabalho relativamente formalizado cede lugar a diversificados modos de informalidade e precarização, dentre os quais o *trabalho atípico* (VASAPOLLO, 2005), a terceirização e suas diferentes facetas, o “cooperativismo”,¹⁴ o “empreendedorismo” e o “trabalho voluntário”, entre outros. O cenário descrito anteriormente amplia, como se vê, as formas geradoras do valor, mesmo que sob uma aparência do não valor.

Conforme Antunes (2011), tal situação é a expressão da eliminação/utilização dos *resíduos da produção*, na qual o capital descarta cada vez mais o trabalho estável e o substitui por trabalhos precarizados, presentes em escala expansiva no mundo agrário, industrial e de serviços. O autor apresenta duas teses que, em sua avaliação, fundamentam o múltiplo processo de informalização e precarização da força de trabalho. A primeira refere-se à falácia “‘da qualidade total’ sob a vigência da *lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias*¹⁵” (p.412), e a segunda apresenta a similitude existente entre o descarte do trabalho e a superfluidade da produção em geral. Na primeira tese a formulação mais evidente é a de que “quanto mais ‘qualidade total’ as mercadorias e os produtos que resultam do processo produtivo capitalista alegam ter, *menor é o seu tempo de duração*” (p.412), ou seja, trata-se da necessidade de redução do tempo de vida útil dos produtos objetivando o aumento da velocidade do ciclo reprodutivo do capital e, nesse sentido, a “qualidade total” figura como uma aparência, já que “*os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado*¹⁶” (p.412). A segunda tese diz respeito ao universo do trabalho. Nas palavras do autor: a empresa da *flexibilidade liofilizada*¹⁷ tem uma impulsão intrínseca em direção ao aumento da *superfluidade do trabalho*. Isso porque o sistema de metabolismo

¹³ Destaque no original.

¹⁴ Destaque no original.

¹⁵ Destaque no original.

¹⁶ Destaque no original.

¹⁷ Conceito desenvolvido em Antunes (2000). Relaciona-se ao processo de enxugamento dos postos de trabalho. Destaque no original.

social do capital necessita cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, dos *trabalhadores hifenizados*, do *cybertariado* (HUWS, 2003), do *infoproletariado* (ANTUNES; BRAGA, 2009), variantes do *proletariado* da era *cyber*, que se encontra em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços. Como o tempo e o espaço estão em frequente mutação, nessa fase de mundialização do capital, a redução do proletariado taylorizado, especialmente nos núcleos mais avançados da indústria e a paralela ampliação do *trabalho intelectual* nas plantas produtivas onde essa modalidade de trabalho é requerida, caminham em clara inter-relação com a *ampliação generalizada dos novos proletários, mais precarizados, terceirizados e informalizados*, tanto na indústria quanto na agricultura e nos serviços, além de suas áreas de evidente conexão, como a agroindústria, a indústria de serviços e os serviços industriais (p.414-415).

Claro está que a capacidade de reprodução do capital vincula-se a um intenso sentido de desperdício e, portanto, é possível afirmar que “centralidade do trabalho” no capital se expressa por sua “não centralidade”. Esta é perceptível na enorme massa dos excluídos do trabalho *vivo*, dado que, pela expulsão do trabalho e na condição de (des)socializados e (des)individualizados, “procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços)” (TOSEL, 1995 *apud* ANTUNES, 2011, p.415).

Em artigos recentes sobre as trajetórias ocupacionais e expectativas profissionais dos jovens egressos do Consórcio Social da Juventude (CSJ) em 2009 e PROJOVEM Trabalhador em Santa Catarina em 2010/2011, evidenciamos, mediante análise de dados quantitativos,¹⁸ que seus percursos profissionais são construídos dentro de uma circularidade na qual prevalece a precariedade. Uma análise mais detalhada da amostra elaborada mediante o cadastro dos jovens no PROJOVEM Trabalhador revela que as experiências ocupacionais dos jovens são constituídas por vínculos precários e baixos salários, as condições de trabalho do presente não rompem com a lógica anterior – mais da metade não consegue comprovar suas experiências e no futuro almejam encontrar trabalho que pouco difere de suas trajetórias/práticas laborais, via de regra, marcadas pela precariedade. Como já ressaltado, esses jovens estão sujeitos a uma espécie de “circuito fechado” configurado pela perpetuação da precariedade, um círculo vicioso que se sustenta e é legitimado pelas políticas públicas destinadas à inclusão social e profissional dos jovens trabalhadores.

As entrevistas realizadas com os jovens, objeto de discussão no presente artigo, corroboram claramente com as formulações evidenciadas pela análise dos dados qualitativos, confirmando a tese do “circuito fechado marcado pela precarização” a definir as trajetórias profissionais dos jovens trabalhadores. A fala a seguir expressa com nitidez um dos aspectos desse circuito precário, qual seja, a naturalização da condição da subcontratação e as consequentes perdas daí advindas:

¹⁸ Os dados foram obtidos junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) em Santa Catarina, que forneceu a ficha cadastral dos inscritos no PROJOVEM Trabalhador/SC referente ao período de 2010/2011.

[Entrevistado]: A Caixa Econômica tem um sistema, aí tem que fazer boleto, esse negócio todo. Aí tem vários clientes que usam esse sistema. Quando o cliente precisa, por algum problema no sistema dele, por exemplo, eles [empresa terceirizada] me ligam ou ligam para o outro cara, porque nós somos em quatro, se eu não me engano, quatro ou cinco. [...] A gente trabalha com visita. Um desses caras é dono dessa região aqui [empresa que o contrata]. Daí ele que chama a gente.

[Entrevistadora]: **Você trabalha para uma empresa?**¹⁹

[Entrevistado]: **Como se fosse. Só que não tem nada fichado.** Ela faz o suporte para a Caixa Econômica e chama a gente.

[Entrevistadora]: E quanto você ganha? É por visita?

[Entrevistado]: É por visita. Dá trinta e cinco reais por visita. Numa tarde dá pra fazer quatro ou cinco visitas. Tem muitas que eu faço em cinco minutos, mas aí é complicado, né? Vou ficar cinco minutos, [pausa] o cara [cliente] desembolsou uma grana, que é mais do que eu ganho, né, lá pra eles.

[Entrevistadora]: Quem paga esse dinheiro pra você?

[Entrevistado]: Eles pagam pra Caixa Econômica, a Caixa repassa pra empresa e a empresa repassa pra gente. A gente recebe assim, por visita.

[Entrevistadora]: Qual a diferença entre o que você ganha e o que o cliente paga para a Caixa?

[Entrevistado]: **Não sei. Até porque eu acho antiético perguntar, né? Eu aceitei trabalhar nesses termos.** (Juvenal, 28 anos, separado, segurança contratado por empresa terceirizada, no período da noite, e autônomo durante o dia)

Em uma das entrevistas realizada com um egresso do CSJ, é patente a relação “fetichizada” com o trabalho precário que, encoberto com o manto da flexibilidade, criatividade e benevolência, induz o jovem a construir o argumento de que o desemprego “não existe”, somente o desemprego de “carteira assinada”.

Olha, eu não sei se eu sou muito otimista ou se sou muito desinformado, mas eu vejo que assim ó, desemprego é uma coisa que não existe e que a sociedade coloca isso pra pessoa querer ter um trabalho de carteira assinada. [...] Eu sou uma pessoa que eu vejo que ter um trabalho de carteira assinada não é vantagem. A única vantagem que te dá é a comodidade [...]. Então assim, agora eu tenho um trabalho de carteira assinada que possibilita eu pagar meu aluguel, eu pagar meu carro, eu pagar isso, sem se preocupar demais em ter que correr atrás de outras coisas pra poder alcançar, né, esse montante. Mas eu acho que assim ó, as pessoas que são criativas, elas conseguem tirar dinheiro de pedra. Sabe? Por exemplo, assim [...] tem alguma coisa que todo mundo faz e faz bem. Se a pessoa souber aplicar, entendeu? Souber aplicar um valor àquilo, entendeu? E souber vender ou, mesmo que não saiba vender, coloca alguém pra vender aquilo pra você, ela consegue ganhar dinheiro. (Tiago,²⁰ 21 anos, solteiro, estudante universitário, contratado por uma ONG como educador, sem registro em carteira de trabalho)

Percebe-se a naturalização sobre a retirada dos direitos mínimos de trabalho, entendidos como desvantajosos e ultrapassados. Ao mesmo tempo, há um enaltecimento do trabalho precário, travestido de “desafiador”, posto que obriga o trabalhador a ter que “tirar leite de pedra”. É sob esse ângulo que Vasapollo (2005), ao debruçar-se sobre essa questão, destaca que está em evidência a figura do trabalhador precarizado na condição de sustentáculo da produção.

¹⁹ Grifo nosso.

²⁰ Todos os nomes são fictícios a fim de preservar a identidade dos depoentes.

Tendo como foco o contexto europeu, o autor caracteriza como se dariam as novas modalidades de assalariamento, as quais ele denomina de “trabalho atípico”, em detrimento das formas de trabalho regulamentadas e estáveis, em alguma medida, predominantes no período da indústria fordista.

Do ponto de vista daquele que vende sua força de trabalho, significa estar sujeito a uma condição ainda mais vulnerável. Conforme o autor, as empresas que visam baixar os impostos, diminuir os custos com o trabalho e aumentar a produtividade têm buscado a externalização das fases e processos produtivos, ou o denominado *outsourcing*,²¹ no qual predomina a subcontratação combinada com baixos salários. Esclarece ainda que o processo de acumulação flexível tem provocado um crescimento expressivo no “setor de serviços”, concomitantemente ao aumento dos níveis de desemprego “estrutural”. Sob esse aspecto, podemos considerar que o “trabalho atípico”, referido pelo autor, tem sido a porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Para contribuir no adensamento da problemática aqui exposta, retomamos Franco e Druck (2009 *apud* DRUCK, 2011) que nos apresenta uma tipologia da precarização na qual seis tipos são estabelecidos. De maneira sintética, destacamos que no primeiro tipo, “vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais” (p.45), a autora, com base nos dados da PNAD/2009, refere-se às formas de mercantilização da força de trabalho e a consequente constituição de um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, caracterizado por uma vulnerabilidade estrutural e por formas de inserção com contratos precários, ausentes de proteção social.

No segundo tipo, “Intensificação do trabalho terceirizado” (p.46), registra que a precarização social está presente nos padrões de gestão e organização, cujo efeito dá-se pela intensificação do trabalho mediante a obrigatoriedade de cumprimento de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, entre outros. O que vigora nessas formas de gestão tem sido o medo, a discriminação pela terceirização, o assédio moral etc.

O terceiro tipo, “insegurança e saúde no trabalho” (p.47), diz respeito às consequências da ânsia por maior produtividade, pois não são respeitados os padrões mínimos de treinamento e prevenção de riscos, o que tem contribuído para a elevação dos acidentes de trabalho.

O quarto tipo de precarização social, “perda da identidade individual e coletiva” (p.48), aponta para a estratégia de dominação do capital mediante a condição de desempregado e da permanente ameaça da perda do emprego à qual está sujeito o trabalhador. Tal situação o coloca em uma condição de isolamento e perda de suas raízes e vínculos, contribuindo para estimular a competitividade individual em detrimento da construção de uma identidade coletiva.

O quinto tipo, “fragilização da organização dos trabalhadores” (p.48), está diretamente associado ao quarto tipo, indicando as dificuldades de organização sindical e as formas de representação dos trabalhadores, resultado da pulverização dos sindicatos. Fragilização sustentada especialmente pela terceirização.

²¹ *Outsourcing* designa a ação por parte de uma organização em obter mão de obra de fora da empresa (mão de obra terceirizada), objetivando reduzir custos.

Finalmente, a “condenação e o descarte do direito do trabalho”, como sexto tipo, a autora ressalta o fetiche do mercado combinado à decretação de uma “crise do Direito do Trabalho” (p.50), que se traduz mediante ataques constantes aos direitos trabalhistas simultaneamente à exaltação dos princípios liberais pautados na flexibilização como condição *sine qua non* para um suposto ingresso na modernidade em tempos de globalização. Para Druck, o que parece primordial para entender a estrutura capitalista atualmente é o alto nível de mercantilização do trabalho e da vida, acompanhada pelo enfraquecimento da capacidade de resistência às duras condições instituídas pelo capital.

Os depoimentos a seguir foram cunhados em entrevistas com os jovens provenientes do CSJ e do PROJOVEM Trabalhador e exprimem, de maneira contundente, a tipologia referida por Druck (2011). Vejamos:

O forçado é ter que fazer o que eles querem, é cansativo, muitas horas de trabalho, eles te pagam por uma função, mas eles te colocam em várias funções que não têm nada a ver, mas tu tens que fazer, senão tu perde o emprego, e é isso, algo cansativo assim, não é tão merecedor, mas tens que trabalhar porque precisas de dinheiro. [...] o que eu menos gostei [de trabalhar] foi em restaurante. É muito pesado, muito cansativo, muito cliente, vai até de madrugada, às vezes não tinha ônibus, tinha que dormir em qualquer lugar, ir a pé pra casa sozinha, não combinava. (Maria, solteira, 23 anos, uma filha, atendente em restaurante, gozando licença maternidade)

Então, pra falar bem a verdade, eu já tinha trabalho há muito tempo [...], bem antes de completar minha idade, eu já trabalhava carregando carrinho lá embaixo, de supermercado, ajudando o pessoal na feira, sempre procurando fazer alguma coisa pra que ajudasse em casa, que sete irmãos não é brincadeira, né? (Leonardo, casado, 22 anos, dois filhos, ajudante de motorista)

Uma coisinha melhor no momento que não limpe chão. Pode ser qualquer coisa. Pra mim, [...] recepcionista [...]. Qualquer coisa, menos que não limpe chão. É uma coisa melhor. [...] Ah, em qualquer coisa. Só não de limpeza mais. [...] Porque a limpeza [pausa] é muito humilhado. Nunca “tá” bom, e as pessoas humilham muito. Entendes? (Marli, solteira, 26 anos, dois filhos, faxineira contratada por empresa terceirizada)

É bem nítido isso em todos os trabalhos, desde os hotéis, até a questão do RU²² e no Banco do Brasil onde eu trabalhei [...] enquanto você se explorava ao máximo assim, para dar o possível no trabalho, eles nunca reclamavam, mas, a partir do momento que tu “fazia” só a tua parte, eles começavam a reclamar e a mais ou menos dar “tipo” indiretas de quê: “Olha, se tu não trabalhar muito, não sei o quê.” “Olha, a vida aí está difícil, não sei o quê.” “Tem muita gente querendo entrar nesse trabalho...” Entende? Ou davam também outras funções que não eram tuas. (Roberto, 27 anos, estudante universitário e bolsista de trabalho)

É válido destacar que esta condição de precariedade intensamente vivida pelo jovem trabalhador não se dá sem que as contradições teimem em aparecer. Na fala a seguir, a qualificação é buscada não no intuito de referendar o discurso liberal da competência ajustada aos processos de reestruturação produtiva, mas, inversamente, como recurso com vistas a diminuir o jugo dos patrões.

O modo que o superior tratava ele [um trabalhador qualificado] era muito diferente. Ele tinha uma postura de igual pra igual, não tinha um tom de ameaça, era mais um

²² Restaurante universitário

tom cordial assim. E o superior via nesse profissional, mais qualificado, ele via o valor dele e tratava de um modo muito diferente. Muito diferente mesmo. E pra nós que não tínhamos essa qualificação era como se a gente estivesse literalmente fazendo um favor pra empresa, como se a gente tivesse pedindo esmola ou mendigando alguma coisa, entende? Então essa relação nos deixava, nessa época, muito frustrados também. A nossa humanidade era jogada pelo ralo assim, literalmente, porque tu se “sentia” inferior, muito inferior. E isso também a gente jogava para a questão educacional, porque a questão educacional, ela não dava esse suporte pra gente. Tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio, que era de prioridade ensinar uma língua, mas que nem a nossa própria língua portuguesa eles não ensinam direito, pra gente ter argumentos pra conseguir falar com o nosso superior. A gente não consegue ter argumentos linguísticos pra isso. (Roberto, 27 anos, estudante universitário e bolsista de trabalho)

Reiteramos que as análises sobre as condições de trabalho para os jovens, no que se refere às formas de inserção profissional articuladas às trajetórias profissionais, indicam que, mesmo após o período de qualificação, seja pelo CSJ ou pelo PROJOVEM Trabalhador, as formas pelas quais eles ingressam no mercado de trabalho e nele permanecem são regidas pelo signo da precariedade, expressando uma realidade que tende a se perpetuar. Isto posto, ressaltamos que a reflexão sobre trabalho para os jovens deva tomar, como ponto de partida, a configuração das relações sociais em sua totalidade, pois, em um contexto de configuração do padrão de acumulação capitalista, novas demandas são impostas à classe trabalhadora e nela se escoram para revigorar o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o documento “Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2012”, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 75 milhões de jovens estão desempregados no mundo, o que equivale a um incremento de mais de quatro milhões desde 2007, e as possibilidades de esse número aumentar são em torno de três vezes mais do que as dos adultos. De igual forma estão as condições de trabalho, nas quais predominam os contratos temporários e em tempo parcial (OIT, 2012). Para a OIT, a crise econômica mais recente pôs fim à diminuição gradual da taxa mundial de desemprego juvenil durante o período de 2002 a 2007. Portanto, desde 2007, a taxa mundial de desemprego juvenil torna a subir, prejudicando as conquistas alcançadas nos anos anteriores. As projeções para 2012 a 2016 indicam uma leve melhora, o que quer dizer que até 2016 a taxa média de desemprego entre os jovens se manterá, pelo menos, no mesmo nível atual, que é de 12,7%. O documento ainda informa que, mesmo havendo diferenças nas taxas de desemprego juvenil entre as regiões, todas enfrentam grandes desafios em relação ao emprego nessa faixa-etária.

Os jovens, de acordo com a OIT, desalentados diante de taxas de desemprego tão intensas, têm abandonado a procura por emprego, preferindo manterem-se no sistema educativo. Paradoxalmente, muitos jovens ocupam postos de

trabalho com baixa produtividade, com contratos temporários ou outras formas igualmente precárias que não estão de acordo com suas aspirações e, geralmente, não constituem a porta de entrada para empregos permanentes, com maior produtividade e salários mais altos.

Esta é uma tendência que tende a permanecer e ampliar-se, o que vem provocando o debate acerca da flexibilidade do mercado de trabalho em geral e da dualidade em particular. Nas economias em desenvolvimento, conforme a OIT, os jovens enfrentam fortes barreiras na busca pelo *emprego decente*. Um grande percentual tende a trabalhar sem remuneração, na informalidade, ou acabam por apoiar os negócios familiares. A transição da escola para o trabalho geralmente inclui fases de desemprego, períodos de emprego temporário ou ocasional, ainda quando surgem tais oportunidades. Porém, o mais provável é que os jovens terminem por trabalhar por conta própria (OIT, 2012).²³

O diagnóstico da OIT sobre o trabalho para os jovens hoje evidencia, em tom de denúncia, que a busca pelo *emprego decente* precisa se constituir em estratégia para o enfrentamento de situação tão adversa. Sem dúvida que a mobilização em torno dos direitos trabalhistas, o que potencialmente garantiria a *decência* no trabalho, deva estar no horizonte de todos os que têm como preocupação as condições de trabalho na atualidade, particularmente os agentes formuladores de políticas públicas. No entanto, uma indagação se coloca: Como garantir trabalho decente na lógica capitalista que, em si, é “indecente”? A resposta a essa questão exige a apreensão das bases sobre as quais se assentam a produção e reprodução do trabalho precário, ou atípico, conforme define Vasapollo (2005).

Nessa perspectiva, pelo presente artigo, procuramos retomar, ainda que de maneira breve, o entendimento de alguns autores que, ancorados no materialismo histórico, tematizam sobre o padrão de acumulação flexível do capital e suas implicações na conformação da força de trabalho. Para os autores em questão, o padrão de acumulação capitalista, sobre bases flexíveis, impõe novas formas de valorização do valor, implicando novos modos de geração de mais-valia, que determinam a expulsão de significativo contingente de trabalhadores da produção, portanto, tornados descartáveis. Esses sobrantes vão cumprir a função de pressionar para baixo a remuneração da força de trabalho em escala global devido à retração do valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores. Em outros termos, a superfluidade da força de trabalho é necessária ao capital.

Ao lado do desemprego presenciavam-se as novas modalidades de assalariamento, denominadas por Vasapollo (2005) de “trabalho atípico” em contraposição às formas de trabalho regulamentadas e estáveis, predominantes no período da indústria fordista. O trabalho atípico tem sido o destino dos jovens, particularmente dos filhos das frações da classe trabalhadora historicamente alijada do emprego formal. Pode-se perceber, pelas entrevistas, a eterna precariedade à qual são submetidos, tanto pelas condições do emprego em si quanto pela sua ausência. No entanto, em certas falas, é perceptível a dificuldade do jovem em relacionar as adversidades de sua trajetória de trabalho às contradições do capital.

²³ Para uma leitura crítica da OIT, conferir Druck (2011).

Por fim, ressalto que a processualidade da vida, na perspectiva marxista, resulta da inter-relação homem-natureza. Isto é trabalho! Trabalhar é ato de criação e recriação humana. Nas palavras de Marx:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1988, p.142).

O modo de produção capitalista pressupõe, para sua existência, a expropriação dos trabalhadores autônomos de seus meios de produção, a concentração desses meios nas mãos de poucos proprietários e a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Significa que o sentido ontológico de formação humana e fonte de conhecimento, ou seja, o trabalho *concreto*, acaba adquirindo a característica de fonte de exploração e alienação do homem, tornando-se um trabalho abstrato no qual não há lugar para o reconhecimento e o desenvolvimento da capacidade criadora do trabalhador. Portanto, atacar a superfluidade do trabalhador e garantir o trabalho verdadeiramente *decente* implica romper a lógica do capital. Cabe o questionamento sobre os caminhos que o Governo Federal tem buscado no sentido de lançar estratégias com vistas à formação de uma força de trabalho capaz de tencionar sobre os limites do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.107, set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=pt&nr m=iso>. Acesso em: 2 abr. 2013.

BRASIL. Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituído pela lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das leis n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 11 jun. 2008, p.1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11692.htm>. Acesso em: 2 dez. 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela *et al.* **Desigualdade e a questão social**. 3.ed. São Paulo: EDUC, 2001. p.21-54.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.esp.1, p.35-55, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A Educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João *et al.* (Org.). **Novas tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.165-184.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e processo de Valorização. In: _____. **O Capital**: crítica da Economia política: volume 1, capítulo V. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas)

_____. A lei Geral da Acumulação Capitalista. In: _____. **O capital**: crítica da Economia Política: volume 2, livro primeiro. 25.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

Organización Intenacional del Trabajo (OIT). **Tendencias Mundiales del Empleo 2012**: Prevenir una crisis mayor del empleo. Ginebra: OIT, 2012. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_168095.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2014.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. O capitalismo contemporâneo. In: _____. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. p.211-241.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, p.175-208, jan.-jun. 2008.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p.41-70.

SILVA, Mariléia Maria da. **Inserção profissional e condição social**: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho. 2004. 236f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

_____. Formar para o mercado de trabalho: A retórica da competência e competitividade nos cursos de graduação. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.34, n.2, maio.-ago, 2008.

_____. Percursos profissionais e a justiça das Políticas Públicas de Inclusão e qualificação: o público alvo do PROJOVEM Trabalhador. In: SILVA, Mariléia Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda (Org.). **Jovens, trabalho e educação**: a conexão Subalterna de Formação para o capital. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p.71-110.

SILVA, Mariléia Maria da; JUNG, Pâmela Regina; VIEIRA, Letícia. O lugar do trabalho para jovens egressos do Consórcio Social da Juventude. **Revista Cocar** (UEPA), Belém, v.6, n.12, p.87-100, ago.-dez. 2012.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Data da submissão: 20/09/2013

Data da Aprovação: 09/10/2014